

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	CoimbraMaisFuturo
NIFAP	8590787
DESIGNAÇÃO	COIMBRAMAISFUTURO 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Enquadramento Estratégico

Assumida a necessidade de construir uma Estratégia de Desenvolvimento Local centrada na histórica relação de proximidade urbana-rural do concelho de Coimbra, que marca as unidades de paisagem do território e as suas dinâmicas económicas e sociais, mas, acima de tudo, reconhecendo a importância da abordagem LEADER/DLBC e dos resultados já obtidos pelo GAL CoimbraMaisFuturo (CMF), no ciclo de políticas públicas 2014-2020 - propõe-se consolidar este trabalho, com uma parceria reforçada, que elaborou a *Estratégia de Desenvolvimento Local – CoimbraMaisFuturo 2030*.

A partir dos elementos de diagnóstico que se sintetizaram para a Zona de Intervenção (ZI) proposta, foram identificadas dimensões-problema, desenvolvidas na análise SWOT realizada, exercício de que resultou um conjunto de focos de intervenção, expressos em **4 Agendas temáticas**: 1. Agenda Território-Aldeia-Comunidades; 2. Agenda Atividades-Logística-Eficiência Coletiva; 3. Agenda Tecnologia-Inovação-Capacitação; e 4. Agenda Cooperação-Animação-Governança.

As Agendas são apresentadas na Secção 9 da EDL, no detalhe dos seus enfoques temáticos específicos e na relação com as Necessidades principais e complementares e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na Assembleia de Parceiros (27/07/2023) foi apresentada a Macro-Estratégia e o Modelo de EDL, aprovados por unanimidade das entidades que subscreveram o Acordo de Parceria.

2. Caracterização do território

O Concelho de Coimbra tem uma população residente com 140 786 habitantes e uma densidade populacional de 440,9 hab/km², tendo sofrido um agravamento do índice de envelhecimento (de 161,4 para 215,1, entre os últimos dois censos, indicador da dificuldade de fixação dos jovens), uma redução da população ativa (menos 4,4%) e do poder de compra (-5,4%).

A economia de serviços prevalece, concentrada nas áreas urbana e periurbana, com predomínio do comércio (50% do volume de negócios e 22% do emprego) e dos serviços avançados - atividades de saúde humana e apoio social, atividades de consultadoria, científicas e técnicas e atividades de comunicação e informação (19% do volume de negócios e 31% do emprego). A indústria - com pouca expressão na economia do concelho - apresenta uma boa distribuição territorial, em especial, os ramos agroalimentar e florestal – contribuindo com 10% do volume de negócio e do emprego. A agricultura e a floresta, que ocupam 67% do solo, representam 1% do volume de negócios e 2% do emprego (INE, PORDATA 2021).

Uma leitura compreensiva do território remete para a posição privilegiada que Coimbra ocupa na Região; no entanto, esse privilégio não tem tido correspondência nos processos de desenvolvimento registados no concelho.

O Concelho de Coimbra é um território cuja identidade resulta de um contexto multidiverso, com a marca impressionante do rio Mondego, que surge como agente modelador de paisagens e atividades que se desenvolveram em torno da relação de proximidade rural-urbano, **configurando**

quatro zonas bem distintas: a mancha urbana, que corresponde à zona central artificializada do município; **os campos do Baixo Mondego**, mancha de planície de terras agrícolas, com riqueza de solos e água e processos de emparcelamento concretizados, que corre do centro para oeste; **as serras, de terras florestais** ocupando a zona Este do concelho, que corresponde à área de declives mais elevados; **os montes, o mosaico de casas, hortas e floresta**, correspondente às restantes zonas, sobretudo, a Norte e Sul.

Este contexto multidiverso, traduz-se, entretanto, num espaço de enormes contrastes, interiorizados e verbalizados, na ideia de uma “cidade de doutores de costas voltadas para o campo”, criando zonas de segregação e fratura socio-espacial e cultural.

As novas tendências de organização territorial e a urgência de respostas aos desafios e transformações em curso, nomeadamente, a transição climática, a descarbonização, os limites ecológicos e sociais aos modelos de produção e consumo, a circularidade, a digitalização e a economia inteligente, remetem para um novo equilíbrio entre cidade e campo e a criação de comunidades mais próximas e mais colaborativas.

A “Estratégia de Desenvolvimento Local – CoimbraMaisFuturo 2030” abrange diretamente 17 das 18 freguesias do concelho de Coimbra, com uma área total de 299,80km² (94% do concelho), sendo 9 dessas freguesias rurais (Almalaguês, Brasfemes, Cernache, São João do Campo, São Silvestre, UF Antuzede e Vil Matos, UF São Martinho da Árvore e Lamarosa, UF Souselas e Botão e UF Taveiro, Ameal e Arzila) e as outras freguesias não rurais (Ceira, Torres do Mondego, UF Assafarge e Antanhol, UF Coimbra, UF Trouxemil e Torre de Vilela, UF Eiras e S. Paulo de Frades, UF São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades e UF Santa Clara e Castelo). A freguesia de Santo António dos Olivais é considerada na intervenção como um importante polo impulsionador de algumas das dinâmicas do espaço rural, não sendo abrangida, diretamente, por medidas FEADER, mas podendo, no entanto, acomodar algumas intervenções, exatamente, pelo papel crucial que pode assumir em dinâmicas relativas à promoção e comercialização, reforçando a ligação rural-urbana.

Este é o ponto de partida para a EDL, reconhecendo a importância da Cidade como bacia de emprego e de consumo, mas assumindo como prioridade a necessidade de maior articulação entre áreas rurais e periurbanas.

3. Caraterização da Parceria

A CoimbraMaisFuturo tem por objeto a promoção do desenvolvimento local em meio rural e urbano e a melhoria da qualidade de vida das populações através de processos sustentáveis de dinamização sociocultural e económica do território, em parceria com diversos agentes públicos e privados.

A Associação tem desenvolvido uma intervenção diversificada nas áreas da gestão sustentável do capital e ativos do território, da dinamização socioeconómica, da capacitação institucional e da cooperação e trabalho em rede.

Entre as quase quatro dezenas de parceiros (cf. Tabela de conjunto no *Campo 5.1 do Formulário*), emergem as seguintes entidades-tipo:

- Autarquia municipal e CIM Região de Coimbra, com intervenção no ordenamento do território, gestão de políticas locais e intervenção em diversas áreas de relevância;
- Instituições de Ensino e Formação (Educação, Formação Profissional, Ciência, Inovação e Investigação), com recursos e projetos nas esferas do conhecimento e das competências especializadas relevantes para o território;
- Entidades do sector primário (agricultura, pecuária, floresta, agro-transformação), incluindo cooperativas, empresas e associações de produtores, representativas de diferentes setores e

fileiras – cereais e horticultura, vinha e vinho, pecuária, gestão de regadio, gestão de ZIF e novas tendências agroalimentares;

- Associações com representação local e atuação em áreas de apoio a setores da economia local (hotelaria e restauração, comércio e serviços);
- Organizações da Cultura e Património, com trabalho de salvaguarda e valorização de património cultural, natural, material e imaterial, incluindo o património alimentar/gastronomia e artesanato; e
- Organizações da Economia Social, ligadas à gestão de equipamentos e respostas sociais (incluindo suporte às comunidades migrantes), mas também à dinamização da inovação social e juventude.

Em termos de **modelo organizacional** a CMF faz um balanço globalmente positivo da experiência de gestão e implementação do DLBC Rural 2020, em termos de animação do território, funcionamento da Parceria e aspetos operacionais na relação com os promotores/beneficiários e com as instâncias de gestão e controlo do PDR2020.

No modelo organizacional para o próximo período, teremos como órgão soberano a Assembleia de Parceiros, constituída por todas as entidades que subscreveram o Acordo de Parceria ou enviaram Carta de Adesão. O Órgão de Direção, será constituído oportunamente, de entre as entidades parceiras, mediante o regulamento a aprovar pela Assembleia de Parceiros e com atenção às orientações da Autoridade de Gestão. A Equipa Técnica Local será constituída por um coordenador e dois ou mais técnicos de animação local, na componente operacional e de funcionamento do GAL.

4. Diagnóstico da situação e prospetivo e Análise SWOT

Nesta Secção aborda-se informação justificativa da análise SWOT, em apoio da identificação de dimensões-problema que fundamentam a definição de desafios e eixos estruturantes da EDL:

(i) População - Conter a perda de vitalidade demográfica, assegurar a igualdade de género, aumentar competências e dinamismo empreendedor

Os indicadores demográficos ilustram a polarização e assimetria urbano-rural, com uma concentração relativa da população na cidade, sendo que a maior das freguesias urbanas (Santo António dos Olivais) detém 41.150 habitantes.

No total, na ZI residiam 99.636 habitantes, em 2021, com uma trajetória demográfica regressiva, traduzindo-se, desde o último período censitário, numa perda de 4,8% da população (na totalidade do concelho, a redução foi 1,8%, o que ilustra uma maior concentração na cidade) e em processo de duplo envelhecimento (15% tem menos de 24 anos e 25% mais de 65 anos, quando em 2011 estes escalões representavam, respetivamente, 17% e 15% da população). Do segmento mais jovem, 69% reside nesta zona (73%, em 2011).

Ao nível da escolaridade, mais de metade da população, com idade igual ou superior a 15 anos, tem habilitações até ao ensino básico, 24% possui o ensino secundário e 24% tem formação superior. As mulheres representam 53% da população com mais de 15 anos (45% e 61% do total da população, respetivamente), com o ensino secundário e com o ensino superior, representando, 51% da população empregada.

A população familiar agrícola ainda representa mais de 12% da população residente em cinco freguesias: São João do Campo, São Silvestre, Almalaguês, Souselas e Botão e Antuzede e Vil Matos. De resto, a média de idade dos produtores agrícolas singulares é de 64 anos e as mulheres representam 21% do total. Por outro lado, 93% da população agrícola familiar exerce a atividade a tempo parcial (INE, RA, 2021).

Dimensões-chave: criar condições para fixar a população jovem qualificada, gerar mais emprego feminino e novas formas de trabalho, apoiar o empreendedorismo de base local, flexibilizar os serviços básicos e dar vida às aldeias, enquanto espaços essenciais na estruturação do território,

na redinamização das economias e na preservação da identidade local, promover espaços de diálogo e de inovação social nas comunidades.

(ii) Economia e Emprego - Promover a densificação das relações na economia local, a diversificação de atividades e a eficiência coletiva

A agricultura revela-se em duas dimensões: o regadio do Baixo Mondego, de tipo empresarial e organizada, com acesso a mercados agroindustriais (milho grão, forrageiras, arroz e hortícolas); a agricultura familiar das “hortas”, nos campos que bordejam os rios e em solos com aptidão para culturas arbóreas (vinha, olival, fruteiras, etc.), para autoconsumo ou venda em mercados locais (D. Pedro V; Taveiro; Almas de Freire; Souselas e Calhabé), Feiras (Feira dos 7 e dos 23, das Cebolas, de São Martinho do Bispo, de São João do Campo e de Casais de Vera Cruz), pontos específicos (mercearias e frutarias) e venda direta em restaurantes e ao consumidor final.

A CMF promoveu, no âmbito da preparação da EDL, dois trabalhos com o objetivo de estruturar uma resposta à necessidade de densificação das relações na economia local: (1) “Diagnóstico do sistema alimentar de Coimbra: elementos para a elaboração de uma política alimentar local” (ACTUAR, 2023), tendo concluído pela necessidade de criar uma parceria e envolver os consumidores na promoção de um sistema alimentar mais resiliente e sustentável, com a criação de um Programa de Alimentação, Saúde e Nutrição no Concelho de Coimbra; (2) “Estudo da produção e do consumo de produtos locais em circuitos curtos e Mercados Locais no concelho de Coimbra” (ESAC, 2022), identificando as virtualidades das relações de proximidade no reconhecimento das singularidades, confiança mútua e remuneração justa dos produtos, mas alertando para as exigências de adaptação, capacitação e organização logística dos produtores.

Os espaços florestais têm presença marcante em todos os tipos de território, ocupando em muitas freguesias mais de metade da sua superfície (destaca-se Torres de Mondego e Ceira, mas também relevante em Brasfemes, Eiras e São Paulo de Frades, Assafarge e Antanhol, Cernache, Almalaguês e São Martinho da Árvore e Lamarosa e Souselas e Botão). Neste território domina uma floresta industrial de eucalipto e pinheiro-bravo (53% e 30% da área florestal, respetivamente) em pequena propriedade, existindo duas Zonas de Intervenção Florestal: Coimbra Este (6.372ha) e Coimbra Sul (10.312ha).

A diversificação das atividades nas comunidades rurais e na exploração agrícola é reduzida, a oferta turística é escassa e com falta de reticulação, registando-se, no entanto, algumas iniciativas em curso de criação de percursos pedestres homologados em três freguesias rurais (Almalaguês, Brasfemes e União de Freguesias Souselas e Botão) e nas aldeias de Almalaguês/Torre de Bera e Arzila recentemente integradas na rede de “Aldeias de Portugal” e iniciativas de animação em torno do enoturismo (Souselas) e prestação de serviços (Taveiro). A pequena transformação, os serviços, a atividade artesanal, a restauração, e o alojamento são incipientes, evidenciando a fragilidade da economia local.

Dimensões-chave: evocar o papel da agricultura e da floresta na gestão do território, pelo uso ativo, a apetência reforçada pelas cadeias curtas e os sistemas alimentares sustentáveis por parte de consumidores, a necessidade de desenvolver ações de eficiência coletiva e a reticulação de iniciativas que permitam gerar novos negócios, novas formas de gestão, e novas abordagens de mercado.

(iii) Recursos naturais e culturais - Mobilizar os recursos naturais e culturais, gerar economias de rede e afirmar os fatores competitivos intangíveis

Ciente da importância do capital natural e cultural do território, na preparação da EDL, a CMF promoveu um levantamento patrimonial que resultou no registo documental e breve caracterização de mais de oito centenas de lugares e recursos existentes.

Em termos de património paisagístico e ambiental identificaram-se, além dos sítios classificados Rede Natura 2000, da Reserva Natural do Paul de Arzila, da Mata do Choupal e da Mata de Vale

de Canas, um conjunto de áreas de elevado valor natural, particularmente no domínio dos ecossistemas florestais. Os territórios de água, as bacias do Mondego e Ceira, os açudes, os fontanários, são pontos de referência para rotas temáticas e percursos pedestres. Há, também, um importante património alimentar, associado ao milho e aos produtos certificados, do arroz “Carolino”, ao Vinho da Bairrada, à raça autóctone bovina “Marinhola” e à doçaria tradicional, a par saberes-fazer de base artesanal associados à tapeçaria, cerâmica pintada de Coimbra, Guitarra de Coimbra, ferro forjado e bunho.

O património edificado, rural e religioso, muito dele classificado como monumento nacional, requer trabalhos de restauro e conservação e a inclusão em roteiros de turismo cultural, potenciando o facto de algum dele fazer parte do trajeto de peregrinação dos “Caminhos de Santiago” - Cernache – Palheira (Antanhol e Assafarge) – Cruz de Morouços (Santa Clara e Castelo Viegas) – Coimbra (UF de Coimbra) – Adémia de Baixo (Eiras e S. Paulo de Frades) – Trouxemil – Sargento Mor (Souselas e Botão).

Dimensões-chave: proceder ao mapeamento e valoração dos recursos naturais, definir ações a concretizar nos “hotspots” prioritários e organizar os serviços dos ecossistemas em novos mercados de capital natural (carbono, biodiversidade...), avaliar o património alimentar, promovendo a certificação e patrimonialização, nomeadamente, dos territórios do Mondego, e preservar o património construído, artesanal e imaterial, concretizando rotas temáticas e a gestão em rede como estímulo ao ecoturismo e turismo patrimonial.

(iv) Transição energética e digital - e os pilotos das aldeias inteligentes

Em matéria de conversão energética, existem experiências embrionárias de utilização de resíduos agrícolas não orgânicos, provenientes da atividade das explorações agropecuárias, via produção de biogás e queima controlada para geração de energia.

A CMF é entidade parceira de uma candidatura ao PRR (com o CERNAS- Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade, designada por AGRICICLIN, em que se perspetiva “Aumentar a circularidade do setor aGRoIndustrial através da georeferenciação e Criar uma plataforma digital para melhorar o dimensionamento, valorização e aplicação de resíduos ao solo”.

A singularidade de ativos e iniciativas de algumas aldeias da ZI, sugere o interesse de uma abordagem territorial à luz do conceito de *Aldeias Inteligentes*, acomodando o aproveitamento de oportunidades de valorização económica e a criação de valor acrescentado local proporcionadas pela digitalização dos territórios (dotação tecnológica - infraestruturas, “hardware”, “software” e serviços digitais) e a aposta em novos processos colaborativos e de envolvimento das comunidades residentes. No quadro dos desafios lançados pelas transições sustentáveis (climática e energética) e digital, considera-se inovador e estimulante equacionar um perfil de intervenção e investimento numa rede de Aldeias Inteligentes que estructure espaços de vivência, com densidade e qualidade de vida, enquanto espaços que possam ser laboratórios “vivos” de aprendizagem e conhecimento.

Esta perspetiva está alinhada com a EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra que contempla a “Valorização do mundo rural com base no conceito Smart Rural”.

Dimensões-chave: descentralização e diversificação das fontes energéticas, adesão/acesso/adaptação aos sistemas inteligentes da microescala de produção, criação de zonas quentes de tecnologia e espaços colaborativos para empresas como suporte para o desenvolvimento de uma rede de aldeias inteligentes.

(v) Sustentabilidade e Clima - Escalar a transição climática para gerar cadeias de valor-sustentabilidade e promover novas práticas ambientais nas comunidades

A ZI encontra-se exposta a riscos e eventos extremos (inundações, incêndios florestais, ventos fortes e seca), que devido às alterações climáticas tendem a acentuar-se, com impactos nas atividades económicas e no bem-estar das populações.

O Programa Municipal para as Alterações Climáticas (2021) aponta um conjunto de linhas de intervenção, nomeadamente, a elaboração de um Plano Municipal de Ordenamento Florestal, ações de restauro e transformação da paisagem, mas também, a elaboração de manuais de boas práticas agroflorestais e de conservação do solo, a promoção da agricultura sustentável, o incentivo ao consumo de produtos de base local e o combate ao desperdício alimentar, a circularidade e aproveitamento dos bioresíduos, para redução da pegada carbónica.

A água, como elemento promotor de atividades económicas e suporte dos ecossistemas, é matéria de enorme sensibilidade e requer ações para aumentar a quantidade disponível, aproveitar as águas residuais e pluviais e promover a eficiência e racionalidade do uso do recurso.

Dimensões-chave: planeamento estratégico e operacional face aos riscos, promoção de boas práticas regenerativas de produção, gestão e transformação do mosaico agroflorestal, estímulo à bioeconomia e valorização do património genético local, à circularidade e ao aproveitamento dos bioresíduos e resíduos florestais, à gestão eficiente e circular da água, à educação e sensibilização ambiental.

(vi) Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil- Estimular a governança territorial, na articulação rural-urbana

A abordagem LEADER constitui uma referência para a governança local e a CMF tem-se empenhado desde a sua criação na mobilização de métodos mais participativos e inovadores, acompanhando as dinâmicas da sociedade civil em resposta também aos novos desafios societais.

As iniciativas de dinamização do território da CMF, ao nível dos lugares: aldeias, vilas e da cidade, têm procurado organizar a governança em articulação com as autarquias (Câmara e freguesias) e com a CIM Região de Coimbra, apoiada na capacitação das instituições e dos seus recursos técnicos e humanos.

O GAL/CMF na sua função de animação territorial, tem desempenhado um papel relevante para a dinamização da economia local e para revitalizar as comunidades rurais (emprego, formação, inclusão, digital, comércio local, património, turismo, mico empreendedorismo, etc.).

A Parceria está empenhada em densificar os modelos de governança local, bem como os mecanismos de participação cívica que tem ajudado a implementar na ZI, de que é exemplo o próprio GAL, no desenvolvimento de projetos que promovem a coesão social e a equidade territorial.

O aprofundamento e consolidação da parceria deverá evoluir em torno de iniciativas na área da inovação social à volta de objetivos comuns, articulando estratégias e tirando partido de sinergias e complementaridades, num quadro de dinamização colaborativa no território apoiada em projetos piloto de inovação social, adaptadas às alterações em curso nos modos de vida e de trabalho.

As Ações identificadas na EDL, nas interfaces de relação entre a esfera económico-produtiva e a aplicação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente para compatibilizar usos dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade ...) - enquanto serviços de ecossistema-, constituem um desafio para concretizar os objetivos estruturantes da missão da CoimbraMaisFuturo.

Dimensões-chave: Participação da comunidade nas iniciativas com impacto territorial, em reforço da intervenção e inovação social; Capacitação institucional e técnica de suporte à implementação de soluções inovadoras de gestão; Melhoria da dotação de competências para intervir em áreas específicas às diversas transições.

Diagnóstico da situação: Análise SWOT

População

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- População jovem e feminina com bom nível de qualificação - Ligeiro crescimento dos imigrantes que aumentaram o peso entre os residentes estrangeiros (3,9%, em 2021) - Poder de compra acima da média nacional com aumento do ganho médio mensal (+19,8%, entre 2011-2021) - Equipamentos com níveis satisfatórios de cobertura das respostas sociais	- Polarização com concentração urbana - Perda de vitalidade demográfica de várias freguesias, com envelhecimento acima da média concelhia (Almalaguês, Ceira, Torres de Mondego, Trouxemil e Torres Vilela) - Baixa escolaridade e falta de formação profissional da população agrícola - Escassez de mão-de-obra (indiferenciada e qualificada) para a generalidade dos setores
Oportunidades	Ameaças
- Forte potencial na articulação rural-urbano - Políticas de promoção da igualdade de género dinamizadas pela CMF e Parceiros - Disponibilidade para integração gradual e ativa, de base familiar, dos imigrantes - Modelos flexíveis de ensino e trabalho - Existência de casas devolutas nas aldeias, para acolhimento de novos residentes	- Agravamento das tendências de envelhecimento e de perda demográfica - Necessidade de gerar condições de atração para alimentar expectativas dos mais jovens (habitação, serviços de proximidade e apoio à família, ...) - Perda de rendimento agrícola por alterações da PAC

Economia e Emprego

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Potencial de crescimento da dimensão média das explorações agrícolas - Produtos de qualidade (carne Marinhoa, arroz carolino, loiça pintada, tecelagem de Almalaguês, Esteira de Arzila, ...) - Aumento de empresas no alojamento e restauração, informação e comunicação e serviços sociais - Excelência do Vale do Mondego - Integração na Rota do Vinho da Bairrada	- Redução de ativos (-4,4%, entre 2011-2021) - Fraco dinamismo e organização empresarial - Reduzida empregabilidade e baixo estímulo ao investimento no sector primário - Baixo nível de diversificação de atividades e ausência de estratégias de eficiência coletiva nas fileiras agroalimentar e florestal - Fraca valorização da produção local - Pouca cooperação entre agentes turísticos
Oportunidades	Ameaças
- Reestruturação das cooperativas - Reestruturação dos mercados e feiras - Condições favoráveis para a (re) organização do pequeno comércio local - Existência de Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC) - Novos movimentos para consumir local - Existência de centros de investigação, parques industriais e espaços de acolhimento empresarial	- Escassez de mão de obra em atividades de especialização - Efeitos da atração das grandes cadeias de distribuição - Dificuldade de organização logística da pequena escala de produção para abastecimento a consumidores coletivos - Resistência do sistema de I&DT público para investir nas cadeias de valor da pequena escala

Recursos naturais e culturais

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Qualidade dos solos e regadio coletivo - Valores naturais do Paul de Arzila, Mata de Vale de Canas e Choupal, a par de áreas dispersas pelo território com potencial de classificação/proteção - Vasto património cultural e histórico, classificado e não classificado - Forte tradição de artesanato e de doçaria - Recursos/atividades culturais com potencial para organizar produtos turísticos	- Degradação dos ativos de parte significativa do património natural e cultural - Baixo nível de diversificação florestal - Ausência de estratégias de remuneração dos serviços dos ecossistemas - Insipiência da promoção coletiva do património natural e cultural
Oportunidades	Ameaças
- Existência de movimentos sociais de defesa do património natural e cultural - Existência de recursos locais com potencial no contexto dos novos mercados de capital natural (água, carbono e biodiversidade) - Potencial do ecoturismo e das atividades locais de lazer em espaços naturais - Novos estímulos para a concretização de rotas temáticas e gestão em rede - Classificação de Almalaguês/Torre de Bera e Arzila, como Aldeias de Portugal	- Abandono do património natural e paisagístico - Abandono do edificado e dos espaços públicos das aldeias - Grande risco de perda do saber-fazer e dos produtos tradicionais - Complexidade dos investimentos para recuperar património natural e cultural

Produção, infraestruturas e serviços básicos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Existência de uma Incubadora de Empresas de excelência (Instituto Pedro Nunes) - Existência de uma Cooperativa agrícola e de uma Adega Cooperativa - Existência do Mercado Abastecedor de Coimbra – 3º maior mercado abastecedor do país - Existência de duas ZIF (Coimbra Este e Sul) - Boa organização da fileira do milho - Rede de mercados locais e feiras - Rede de escolas em todos níveis de ensino - Oferta de equipamentos culturais, associativas, recreativas e desportivas	- Baixa organização das produções primárias - Baixas competências e capacidade de investimento para dinamizar projetos de aproveitamento económico inovadores - Escassa diversificação das economias rurais - Insuficiências da rede de Serviços básicos, e fragilidade da rede de acessibilidades que serve as comunidades rurais
Oportunidades	Ameaças
- Qualificação do Acolhimento Empresarial - Dinamismo das procuras urbanas agroalimentares - Gestão agrupada da atividade florestal - Reforço da provisão digital de serviços básicos pelos investimentos ITI CIM	- Desorganização das cadeias de produção - Desigualdade no acesso à inovação tecnológica - Dimensão financeira dos investimentos de inovação agro rural

• Possibilidade de aproveitamento de edifícios industriais abandonados	
--	--

Sustentabilidade e clima

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Existência do Programa Municipal para as Alterações Climáticas (2021) • Bacia Hidrográfica do Baixo Mondego e potencial de recursos hídricos • Meios operacionais de proteção civil • Existência de espaços florestais biodiversos	• Ausência de ordenamento e gestão florestal • Aumento da suscetibilidade a pragas e doenças • Alastramento de espécies de cariz invasor • Baixa adesão a modelos de produção biológica e agricultura regenerativa
Oportunidades	Ameaças
• Planeamento estratégico e operacional face aos riscos • Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, participativo e descentralizado • Transição dos sistemas tradicionais para modelos sustentáveis e regenerativos • Sistemas comunitários de biocompostagem • Novos modelos de valorização dos serviços dos ecossistemas • Educação e sensibilização ambiental • Oferta de educação ambiental promovida no Exploratório - Centro Ciência Viva de Coimbra	• Risco de incêndios e inundações • Agravamento de riscos bióticos (pragas e doenças e plantas invasoras) • Dificuldade em escalar o investimento na Gestão Integrada de Fogos Rurais • Falta de escala dos produtores para adesão a novos sistemas e tecnologias • Défice de investimento das regiões, municípios e atividades empresariais para desafios complexos e recorrentes

Transição energética e digital

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Aumento do nível de escolaridade da população empregada • Programas do Centro Educacional TUMO (tecnologia e criatividade) • Alteração do paradigma energético e transição digital em modelos de negócio • Projeto Bairro Comercial Digital de Coimbra • Existência de empresas na área dos serviços (energia e digital) em Coimbra • Existência do UC Exploratório, há 26 anos a trabalhar a literacia digital para todas as idades	• População envelhecida sem competências digitais, limita adesão à inovação • Baixo investimento em sistemas inteligentes • Défices de acesso em algumas freguesias rurais às redes de telecomunicações
Oportunidades	Ameaças
• Criação de comunidades energéticas • Nova Geração de tecnologia adaptada à microescala de produção • Criação de novos serviços de apoio às fileiras agroalimentares e florestais • Concretização de resultados do projeto Bairro Comercial Digital (PRR) • Sistemas de monitorização, alerta e avisos	• Riscos de Iliteracia digital e energética • Dimensão e exigência dos investimentos em sistemas de medição, tratamento de dados e geração de informação • Tempo de adesão à inovação • Persistência de défice de acessos a infraestruturas e informação

• Potencial de articulação entre os centros de investigação e empresas tecnológicas para resposta território (empresas e população)	
---	--

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Papel da Parceria local forte e GAL/CMF na sua função de animação territorial, relevante para a dinamização da economia local e para a revitalização das comunidades rurais (emprego, formação, inclusão, digital, comércio local, património, turismo, micro empreendedorismo, etc.) • Dinâmicas de parceria para o desenvolvimento (ensino superior e I&D, emprego e formação, comércio local) • Metodologias participativas e colaborativas	• Insuficiente participação da comunidade nas iniciativas com impacto territorial • Baixo nível de intervenção e inovação social • Fragilidade institucional e técnica de suporte à implementação de soluções inovadoras de gestão • Insuficiente dotação de competências em áreas específicas às transições ecológica, energética e digital
Oportunidades	Ameaças
• Aprofundamento e consolidação da parceria LEADER/DLBC • Predisposição da Parceria para iniciativas na área da inovação social • Potencial de cooperação intrarregional, inter-regional e transnacional.	• Risco de interrupção da intervenção LEADER/DLBC dinamizada pela Parceria CMF caracterizada por grande aderência à especificidade do território abrangido • Sustentabilidade das instituições • Envelhecimento dos dirigentes das organizações da economia social • Dificuldade de adesão a novos modelos institucionais e de autonomia financeira

5. Desafios estratégicos e fatores críticos de sucesso

A identificação de desafios, enquanto passo intermédio de fundamentação da EDL - CoimbraMaisFuturo 2030, encontra suporte num conjunto sólido de elementos de referência recentes e de trajetória de intervenção e conhecimento do território:

- Balanço global da EDL 2014-2022 e das necessidades que subsistem e apontam para uma lógica de continuidade de intervenção, aberta a novas prioridades;
- Papel do GAL e da Parceria em diversas dinâmicas relevantes para desenvolver o território, permitindo dar maior alcance e consistência à EDL;
- Orientações de estudos temáticos realizados [“Estudo da produção e do consumo de produtos locais em Circuitos Curtos e Mercados Locais no concelho de Coimbra” (2022) e “Diagnóstico do sistema alimentar de Coimbra: elementos para a elaboração de uma política alimentar local” e “Levantamento do Património Natural e Cultural do concelho de Coimbra (2023)“];
- Resultados do processo participativo e dos trabalhos preparatórios de construção da EDL 2030;
- Afirmação de um território uno e coerente na sua diversidade, mas com uma fragilidade evidente do espaço rural;
- Prioridades de um novo ciclo de políticas de Coesão e Desenvolvimento Rural, expressas no Pacto Ecológico Europeu e Agenda para o Território 2030;

A ponderação destes elementos de referência sugere o enunciado dos seguintes **Desafios Estratégicos para o território de atuação da CoimbraMaisFuturo, no horizonte 2030**, aqui plasmados:

- (1) Aprofundar a relação urbano-rural, conter a perda de vitalidade demográfica, assegurar a igualdade de género e alargar a provisão de serviços básicos; criar experiências-piloto de aldeias inteligentes;
- (2) Mobilizar os recursos naturais e culturais, gerar economias de rede e afirmar os fatores competitivos intangíveis;
- (3) Promover a densificação das relações na economia local, a diversificação de atividades e a eficiência coletiva;
- (4) Escalar a transição climática para ampliar cadeias de valor-sustentabilidade; aumentar as competências e o sentido empreendedor
- (5) Dinamizar a cooperação em rede para preparar o território para as transições demográfica, digital e energética.
- (6) Estimular a governança territorial, na articulação rural-urbana.

A implementação da EDL confronta-se com um conjunto de **fatores críticos** cuja superação requer um conjunto de pressupostos, a saber:

- ✓ Interiorização da estratégia e participação efetiva na ação por parte de todos os elementos da parceria;
- ✓ Capacitação do território e dos agentes para interpretar e assumir as estratégias de eficiência coletiva e mobilizar competências e recursos para as concretizar;
- ✓ Partilha de experiências e transferência de conhecimento associada a projetos inovadores;
- ✓ Focagem dos objetivos e dos instrumentos numa lógica de complementaridade de fontes de financiamento e outros incentivos para o território;
- ✓ Simplificação de mensagens, de processos e de procedimentos dos diversos instrumentos e escolhas ajustadas à especificidade do território e à natureza dos seus principais beneficiários;
- ✓ Animação do território e implementação de projetos de inovação social que promovam a apropriação da estratégia e a capacitação das comunidades.

6. Resultados do processo participativo

A participação das entidades parceiras e dos atores do território reveste importância capital na organização dos recursos e iniciativas por parte da CoimbraMaisFuturo, uma organização que desenvolve desde 2015 esta relação de envolvimento ativo com os agentes do território que integram instituições de conhecimento, associações empresariais, autarquias e organizações da economia social, da Zona de intervenção.

Tendo em vista a preparação da EDL para o período 2030, salienta-se as seguintes **principais atividades do processo participativo**:

- Conceção e aplicação de um *Questionário a Agentes do território ligados ao sector agrícola*, visando recolher elementos de caracterização económica dos agricultores e necessidades de apoio ao investimento nas explorações e outras.
- *Sessões de trabalho* realizadas em contexto de projetos e iniciativas dinamizadas pela CMF, designadamente no âmbito de reconhecimento das Aldeias de Portugal, na preparação de participações em eventos temáticos com a articulação com agricultores e produtores locais e reuniões de acompanhamento de projetos LEADER/DLBC;
- *Sessões de trabalho* subordinadas ao tema central Território, Pessoas e Economia Local para recolha de contributos para a Elaboração da EDL nas componentes Diagnóstico territorial, projetos de relevo em curso no território, necessidades de intervenção e de

investimento, e perspectivas de desenvolvimento local no horizonte 2030; as sessões tiveram a participação de mais de cinco dezenas de intervenientes, entre parceiros e agentes do território.

Estas sessões foram complementadas com entrevistas individuais a presidentes de JF e outros agentes do território, tendo sido considerados os contributos de parceiros e comunidade no contexto da execução de iniciativas dinamizadas pela CMF em 2023.

Entre os principais resultados deste trabalho participativo, pela interação que estabelece com parte das Oportunidades destacadas na SWOT e com os Desafios identificados (e, em última análise, com os Eixos da EDL 2030), salientam-se os seguintes:

Agentes do território ligados ao sector agrícola

(Principais conclusões resultantes do tratamento das 44 respostas recebidas)

- O nível etário predominante é inferior a 55 anos; sendo que a agricultura não é a atividade principal, para cerca de um terço dos respondentes e um em cada dois agricultores pertence a cooperativas ou organizações de agricultores;
- escoamento das produções via circuitos curtos (mercados e feiras, restauração, mini-mercados e particulares), cooperativas e organizações de produtores;
- As atividades de transformação incluem unidades de secagem de milho, tratamento de fruta, pequenos lagares e adegas caseiras;
- Os níveis de investimento em ativos têm alguma expressão (tratores e alfaia, equipamentos de rega e de precisão, estufas, equipamentos de energias renováveis, e de pequena transformação);
- Os principais constrangimentos são os licenciamentos, o custo dos fatores de produção, as dificuldades de comercialização e a escassez de mão de obra;
- As dinâmicas de investimento na exploração apontam para equipamentos agrícolas, aumento do efetivo pecuário, alargamento das plantações, equipamentos de pequena transformação de produções primárias, instalação de equipamentos de energias renováveis e alojamento/turismo rural;
- As perspectivas acerca das estruturas cooperativas e organizações de produção destacam o seu papel na organização do escoamento para o mercado, aconselhamento técnico, aquisição de fatores de produção e oferta de formação;
- As melhorias sugeridas para futuros apoios ao investimento (Medida Leader), apontam alargar as medidas de apoio, simplificar processos (candidaturas e pedidos de pagamento), aumentar as taxas de apoio, simplificar os processos de licenciamento e apoiar formação específica.

Sessões de trabalho / Entrevistas

(Principais conclusões e pistas de trabalho)

- Condições para a integração positiva dos jovens na EDL (Injeção de competências nas comunidades rurais, novas dinâmicas de organização das atividades, serviços de proximidade e dotação SIG pela via digital, apoios ao empreendedorismo local, fixação nas zonas periféricas, ...);
- Valorização do património rural (natural e edificado) - intervenções de reabilitação para sustentar a degradação, incentivos ao aproveitamento económico, projetos de lazer e visitação;
- Preservação, certificação e dinamização da fileira de atividades do sistema alimentar sustentável do Baixo Mondego (identidade territorial-produtiva, produtos alimentares, inovação agrícola e sustentabilidade geracional);
- Abordagem do património natural, na ótica da estruturação de bio-reservas já identificadas pelos parceiros da CMF, com identificação das intervenções-tipo de valorização, das necessidades de investimento e de gestão;

- Dinamização de negócios orientados pela organização de cadeias de valor das produções locais, mobilizando vetores de inovação agrícola e agroalimentar, formas de comercialização com recurso às pequenas tecnologias digitais;
- Integração urbano-rural (proximidade cidade-campo e valorização do padrão de recursos e atividades rurais, reestruturação dos mercados e feiras locais, pluriatividade e oferta de habitação nas freguesias rurais, ...).

7. Articulação com as Estratégias Regional e Sub-regional

A arquitetura de Desafios e Agendas temáticas da EDL da zona de intervenção do GAL CoimbraMaisFuturo tem níveis de alinhamento acentuados com a Visão Estratégica para a Região Centro, 2030 e com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da NUT III Região de Coimbra, adiante sintetizados nos alinhamentos mais fortes.

Articulação com a Estratégia Regional

O alinhamento mostra-se especialmente intenso com as Linhas estratégicas “Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação”, “Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região” (apoiar programas de valorização económica de recursos endógenos focados na reconstituição e fortalecimento dos tecidos empresariais de territórios de mais baixa densidade), “Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização” (apoiar projetos de boas práticas em matéria de inovação de sistemas de produção agrícola apontando para a adoção de modelos produtivos e produções agrícolas mais resilientes e adaptados às condições edafoclimáticas), “Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais”(formatar um novo ciclo de apoio a projetos de empreendedorismo social, segundo uma ótica de inovação social); e “Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e população”.

Articulação com a Estratégia Sub-regional

Os elementos de alinhamento principais com a EIDT Região de Coimbra ocorrem nos seguintes Eixos de atuação e ações estratégicas: “Promoção do desenvolvimento sócio económico e sustentável dos territórios, em articulação com as EDL”; “Valorização do mundo rural com base no conceito Smart Rural”; “Criação de novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais”; “Promoção da fixação de jovens agricultores e jovens empresários rurais”; “Promoção da modernização da base económica agrícola e rural, através de processos de inovação agrícola e rural”; “Valorização dos produtos locais tradicionais, a paisagem e a cultura dos territórios rurais”; “Dinamização de redes colaborativas de inovação rural, nomeadamente os Centros de Competências”; “Fomento de parcerias e contratos de fornecimento de serviços dos ecossistemas agrícolas e florestais”; e “Promoção do emprego, da inclusão social e do desenvolvimento local nas zonas rurais- pela bio economia e silvicultura sustentável”.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL - Medidas LEADER do PEPAC (relação resultados-alocação de verbas)

Eixos de Intervenção EDL COIMBRAMAISFUTURO 2030 Agendas Temáticas	Ações	Resultados	Alocação de verbas (%) FEADER	ODS
<i>Agenda Território-Aldeias-Comunidades (25%)</i>	Estações de biodiversidade e percursos de natureza Preservação e promoção do património rural de Coimbra Redes comunitárias Qualificação de Serviços de proximidade Aldeias 3i – Inteligentes, inclusivas, intergeracionais	R.41 R.41 R.42 R.42 R.40	3% 2% 5% 5% 10%	ODS 15 ODS 10
<i>Agenda Atividades-Logística-Eficiência Coletiva (48%)</i>	Incentivos à pequena agricultura Incentivos à silvicultura sustentável Diversificação de atividades e transformação de microescala Sistemas Alimentares de Base Local Gestão territorial integrada Mecanismos financeiros de apoio à iniciativa privada	R.9/R.15 R.18/R.17 R.37 R.10 R.18/R.17 R.39	20%/5% 3% / 2% 5% 5% 2% / 1% 5%	ODS 12 ODS 8
<i>Agenda Tecnologia-Inovação e Capacitação (22%)</i>	Indústrias culturais e criativas Atividades da Bioeconomia e da Economia Circular Laboratórios vivos – transferência de conhecimento Empreendedorismo Social e Sustentável	R.39 R.39 R.39 R.37	7% 5% 5% 5%	ODS 9 ODS 13
<i>Agenda Cooperação-Animação-Governança (5%)</i>	Atividades comunitárias – capacitação e animação colaborativa Cooperação interterritorial e transnacional Gestão de riscos – territórios e comunidades resilientes	R.41 R.42 R.41	(3%) (-) (2%)	ODS 17 ODS 13

R. 37	Crescimento e emprego nas zonas rurais	10%	R. 9	Modernização das explorações agrícolas	20%
R. 39	Desenvolver a economia rural	22%	R. 10	Melhor organização da cadeia de abastecimento	5%
R. 40	Transição inteligente da economia rural:	10%	R. 15	Energia renovável	5%
R. 41	Interligar a Europa rural:	10%	R. 17	Solo florestado	3%
R. 42	Promover a inclusão social:	10%	R. 18	Apoio ao investimento no setor florestal	5%

9. Aproximação ao Plano de Ação – Objetivos específicos, enfoque temático e relação necessidades-resultados

Objetivos Específicos EDL – CMF 2030	Agendas Temáticas	Enfoque Temático	Ações	Necessidades	Resultados
Promover valorização de recursos naturais e culturais em rede; contribuir para a coesão social e criar experiências piloto de aldeias inteligentes	<i>Agenda Território-Aldeias-Comunidades</i>	Gestão ativa do património natural, cultural e construído; turismo e lazer; capacitação, empregabilidade e inclusão social; Aldeias de 3º Geração	Estações de biodiversidade Património Rural Redes comunitárias Serviços de Proximidade Aldeias 3i	COE8N5; COE6N4 COE8N5 PTOE8N1; PTOTN3 PTOE8N1 PTOE8N1	R.41 (3%) R.41 (2%) R.42 (5%) R.42 (5%) R.40 (10%)
Organizar a pequena escala, incorporar valor nos produtos, alargar a base dos rendimentos rurais e gerar emprego	<i>Agenda Atividades-Logística-Eficiência Coletiva</i>	Agricultura-floresta-pecuária; agroindústria; mercados de proximidade e redes locais; novos negócios; gestão colaborativa	Agricultura sustentável Silvicultura sustentável Diversificar e transformar Sistemas Alimentares de Base Local Gestão territorial integrada Mecanismos financeiros	COE8N1; COE2N1 COE8N5 COE8N2; COE1N5 COE8N1, COE8N5; COE2N1 COE8N6 COE1N5	R9/R15(25%) R18/R17 (5%) R.37 (5%) R.10 (5%) R18/R17(3%) R.39 (5%)
Inovar nos instrumentos, processos e produtos; capacitar para a sustentabilidade, a transição digital e energética	<i>Agenda Tecnologia-Inovação-Capacitação</i>	Tecnologias de produção, (bioeconomia e economia circular); rejuvenescimento empresarial;	Indústrias culturais e criativas Bioeconomia e Economia Circular Laboratórios vivos Empreendedorismo Social e Sustentável	COE8N2; PTOTN3 PTOE8N2 COE8N1; PTOTN4 PTOTN3	R.39 (7%) R.39 (5%) R.39 (5%) R.37 (5%)
Densificar mecanismos de participação cívica, governança local e estabilizar redes de cooperação territorial	<i>Agenda Cooperação-Animação-Governança</i>	Governança territorial e cooperação	Atividades de capacitação e animação Cooperação interterritorial e transnacional Gestão de riscos	PTOE8N1 PTOE8N1 PTOE8N1	R.42 (3%) R.41 (-) R.42 (2%)